

Imigração como Oportunidade

Introdução

A JSD baseia-se em valores bem claros. Acreditamos no Princípio do Estado de Direito, respetivamente na eminente dignidade da pessoa humana, ou seja, o Estado deve estar ao serviço da pessoa e não a pessoa ao serviço do Estado. Acreditamos também na justiça e na solidariedade social, preocupações permanentes na edificação de uma sociedade mais livre, justa e humana, associadas à superação das desigualdades de oportunidades e dos desequilíbrios a nível pessoal e regional e à garantia dos direitos económicos, sociais e culturais. Por fim, acreditamos no direito à diferença, como condição inerente à natureza humana e indispensável para a afirmação integral da personalidade de cada indivíduo, direito esse tanto mais efetivável quanto maior for a igualdade de oportunidades na comunidade.

Com base nestes princípios, podemos afirmar que a JSD é uma juventude personalista, dialogante, aberta à pluralidade de opiniões e à sociedade civil, defensora da moderação e da convivência pacífica entre homens de credos e raças diferentes, herdeira da tradição universalista portuguesa que é estruturalmente avessa a qualquer tipo de xenofobia. Por fim, podemos afirmar que a JSD se destaca pelo seu papel humanista, que valoriza os princípios da justiça, liberdade e solidariedade.

Estes princípios devem estar hoje mais sólidos do que nunca. São bases programáticas de que nos devemos orgulhar e de que não podemos prescindir.

Contudo, o mundo está em permanente mudança, pelo que as pessoas, as comunidades, o nosso País, exigem novas respostas para os seus problemas e anseios. Tentar impor soluções do passado para os problemas de hoje não é solução. O modelo social-democrata que o nosso Partido apregoa continua a fazer todo o sentido, na sua essência. Mas as propostas têm de ser inevitavelmente adaptadas ao novo Mundo em que hoje vivemos e a JSD deve ter um papel preponderante nisso.

«A pessoa é a medida e o fim de toda a atividade humana. E a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização».

Francisco Sá Carneiro

Portugal é um dos países da Europa e do mundo que, ao nível das políticas públicas, tem das melhores políticas para as migrações. Seja a imigração ou a emigração.

Com mais de dez milhões de habitantes no seu território, tem na imigração uma mais-valia social, económica, cultural, religiosa e política. Traduzida em ganhos económicos significativos. Sustentados em muitos estudos científicos, nacionais e estrangeiros. Não de hoje, mas de há quase duas décadas.

A que níveis?

Desde logo, ao nível do impacto nas contas públicas. Naquilo que o país gasta e recebe com os imigrantes e até com as minorias étnicas. São vários os estudos, de várias universidades, que atestam que Portugal tem ganho com a imigração e com os imigrantes.

Mas existem muitos outros estudos que atestam a importância positiva da imigração no nosso país.

Por exemplo, ao nível da nossa demografia e da taxa de natalidade. Com impactos derivados dos chamados 'casamentos mistos' ou dos casamentos entre não nativos e nacionais.

Mas podemos ir mais longe, com o impacto da introdução de mão-de-obra qualificada em várias áreas da nossa economia. Considerando a qualificação de muitos

imigrantes oriundos de várias geografias migratórias não tradicionais.

Estudos do Observatório da Imigração são muito claros quanto à importância de Portugal ter construído uma verdadeira política de imigração, alicerçada em dois princípios: rigor nas entradas e humanismo na integração. Princípios estes que nos têm permitido obter ganhos económicos e sociais internos, e reconhecimento externo.

Ao longo da última década e meia, Portugal tem sido considerado, por entidades internacionais como a Comissão Europeia, as Nações Unidas e outras, o segundo país com melhor política pública de imigração.

O MIPEX, o mais credível barómetro europeu em relação a essas matérias, tem sido coerente e unânime no mesmo sentido.

Ou seja: em Portugal solidificou-se – ao nível político, económico, social e até religioso – a necessidade de Portugal ter uma verdadeira política pública de imigração. Com rigor nas entradas, permanências e saídas de cidadãos estrangeiros. E com humanismo na integração de imigrantes, refugiados, asilados e afins.

E isto, aliás, em coerência com a nossa história coletiva de país e povo que soube cruzar relacionamentos com vários povos e culturas dos quatro cantos do mundo. E que tem um terço dos nacionais a viver como emigrantes em mais de metade dos países do mundo. Com sucessivos governos portugueses a lutarem por eles ao longo de décadas, apelando aos países de acolhimento para os receberem e integrarem bem.

De resto, Portugal é atualmente um dos países da Europa e do mundo que maior percentagem da população tem na condição de emigrantes; e que menor percentagem da população tem na condição de imigrantes no seu território.

Se existe país na Europa e no mundo, considerando a sua história, a sua situação geográfica, a sua condição económica e social, os seus pergaminhos religiosos, que nunca poderá e deverá ser racista, xenófobo e afins, é Portugal.

E o mesmo sucede com o povo português. Povo que, como poucos no mundo, soube construir ao longo da sua história relacionamentos diversos com povos e culturas diversas e plurais.

Devemos responsabilmente fazer tudo, a bem de Portugal e dos portugueses, para construir uma verdadeira política pública de imigração. Com discursos sempre pela positiva. Na base de que a imigração é uma oportunidade e não um problema.

Já muito foi feito neste aspeto, como por exemplo, a criação do ACIME, do ACIDI, dos CNAIS, dos CLAIS, do Observatório da Imigração, da Linha SOS Imigração, a regularização dos imigrantes ilegais, concedendo direitos aos filhos de imigrantes ilegais na área da educação e da saúde, criando a figura do 'imigrante empreendedor', mudando as regras de acesso à nacionalidade portuguesa, etc. Eu sou desse PSD. Eu sou desta JSD. Onde, nestas como noutras matérias, não vale tudo. Onde a dignidade da pessoa humana e o humanismo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos inspiram. Essa JSD existe. E é maioritária. Por Portugal. Pelos portugueses. Em nome não só da sua história, mas sobretudo em nome do seu futuro. No século do movimento dos povos.

Para tal é conveniente reforçar a política de imigração.

Portugal (como a Europa) precisa de imigração e de imigrantes. Na veste jurídica de imigrantes, estrangeiros e afins. Depois de resultados tão positivos obtidos, desde 2002, na política de imigração, é conveniente que Portugal entre numa geração de políticas de imigração. Onde os vetores da língua, da habitação, do trabalho e dos direitos políticos têm de ser uma prioridade.

No entanto, o Princípio da Reciprocidade é inconveniente.

Plasmado no texto constitucional português, o princípio da reciprocidade é um exemplo pela negativa de algo que, nas últimas revisões constitucionais, deveria ter sido retirado da Constituição. É um princípio que já não faz qualquer sentido e que, no que respeita às políticas de imigração, representa um entrave a soluções mais consentâneas com a realidade.

A Situação Atual

Atualmente, se Portugal fechasse as portas à imigração, se contasse apenas com as suas taxas de fecundidade e de mortalidade, e nada fizesse para controlar o ritmo da emigração, iria encolher até 2060. Passaria dos atuais 10,4 milhões para 7,8 milhões de habitantes.

Não teria quadros qualificados suficientes a ocupar os lugares necessários para o avanço da economia. Nem teria pessoas para trabalhar em empregos como na construção civil ou no cuidado a idosos. O número de gente em idade ativa iria diminuir e o de idosos aumentar. É um cenário hipotético, que as entradas de mais gente e as saídas de menos pessoas poderiam reequilibrar. Porém, mesmo que o país tenha um saldo migratório positivo — ou seja, mais imigrantes a entrar no país e menos pessoas a sair para o estrangeiro —, o processo de envelhecimento de Portugal é irreversível. Quaisquer que sejam as migrações com saldo positivo, esse processo será “apenas atenuado”.

Podemos concluir que, à medida que o tempo passa, Portugal vai precisar cada vez mais de pessoas que não tem. A manter-se este nível demográfico, corre-se o risco de comprometer totalmente o futuro. Ou seja, seremos uma periferia pouco qualificada da Europa, com pouco crescimento.

A economia precisa mais da demografia.

O nosso sistema demográfico, económico e de segurança social (especificamente nas pensões de velhice) tem sustentabilidade até 2060? Esta foi uma pergunta de partida da análise, norteadada pelo conceito de “migrações de substituição”, usado em 2000 pelas Nações Unidas num relatório sobre este tema.

Migração de substituição define-se como o volume de migrantes necessário para compensar o decréscimo do saldo natural da população e evitar a progressão do declínio e envelhecimento populacional.

Os cálculos permitem chegar ao volume de migrações necessárias para assegurar a manutenção futura de parâmetros como a dimensão da população total, a dimensão da população em idade ativa e o rácio entre população em idade ativa e população idosa.

Assim, podemos perceber que a demografia não está a alimentar a economia.

Para Portugal manter a população de 10,4 milhões seria preciso um saldo migratório positivo de 2,2 milhões até 2060, o que significa que seria necessário entrarem, por ano, mais 47 mil imigrantes do que os emigrantes que saem para o estrangeiro.

Se focarmos a análise apenas nas pessoas em idade ativa, então a necessidade de entradas sobe para 3,4 milhões até 2060: anualmente, precisaríamos de mais 75 mil pessoas a entrar. Só que este último é um número improvável. A realidade portuguesa nunca atingiu esse número [de saldo migratório positivo], tirando o período da descolonização, que foi excecional.

Já se Portugal quiser manter o coeficiente entre a população em idade ativa e a população idosa, os dados disparavam: seriam necessários mais 27 milhões de entradas do que saídas, um valor impossível de alcançar. As perspetivas não são animadoras. Nem com um cenário de crescimento económico mais baixo - com menos oferta de empregos - Portugal teria os recursos humanos suficientes. Se quisermos alimentar o cenário de inovação alto precisamos urgentemente de recursos humanos.

Portugal Precisa de mais trabalhadores.

Podemos concluir que Portugal irá precisar de mais trabalhadores do que aqueles que terá de facto. Quantos? Num cenário de alto crescimento, o número estimado, acumulado até 2060, seria de 2,6 milhões. O valor acumulado até 2060 é especialmente alto em relação aos empregos altamente qualificados: seria necessário entrarem mais 1,4 milhão de pessoas, no melhor cenário económico, e 739 mil na pior das previsões. Já em

relação aos empregos de baixas qualificações, o número de entradas de trabalhadores desejado seria de 718 mil, no melhor cenário económico. Nas qualificações médias, comparando com as outras, a economia teria mais ou menos as suas necessidades satisfeitas.

A boa notícia é que mais entradas do que saídas favorecem o sistema de Segurança Social. Ou seja, a entrada de imigrantes melhoraria o saldo de despesas e receitas em pensões de velhice.

O envelhecimento da população não é um problema. O problema é o modelo societal e de economia que seguimos. Temos que nos adaptar para a mudança. As migrações são benéficas porque permitem desacelerar o ritmo de envelhecimento, mas por si só não chegam. O facto de vivermos mais tempo é bom, mas é um desafio que nos obriga a mudar a sociedade e o mercado de trabalho.

Quais as soluções para que o País não defina?

De modo a não agravar o problema demográfico do país, seriam necessárias medidas para conseguir atrair imigrantes e não deixar escapar emigrantes. Como? Em termos de políticas públicas, além de tentar inverter a baixa fecundidade, Portugal deveria ter uma atitude “prudente” a nível da emigração e manter a abertura, desenvolvendo uma política atrativa para a imigração. Outra medida: criar expectativas de que há condições para viver em Portugal, para não perdermos os recursos humanos. Atrair portugueses de volta, pessoas que estudam e trabalham no estrangeiro, manter uma política de entrada que tem em conta a qualificação das pessoas.

Devemos combinar estratégias que permitam ao país manter-se sustentável apesar do envelhecimento, aumentando a produtividade ou repensando os períodos de vida ativa e a transição para a reforma, pois não se pode pedir que as pessoas trabalhem do mesmo modo aos 60 ou 70 anos e aos 40.

Em relação à política de atracção de imigrantes, deveríamos desenvolver um primeiro aspeto, que já está em curso, que é a aposta nos estudantes estrangeiros do ensino superior. O passo seguinte é fazer com que esta população imigrante continue cá com o objetivo de participar no nosso sistema de produção. Outras medidas: atrair imigrantes qualificados, inclusivamente no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), através da negociação de acordos de migração. O ideal seria explorar várias vias de entrada.

Se nada disto funcionar, corre-se o risco de ter menos população em Portugal. E isso traz problemas? Por que é que é melhor ter mais população? Do ponto de vista simbólico é melhor ter mais gente. Um país pequeno tem menos relevância à escala internacional e menos peso em arenas como a União Europeia. Não há nenhuma razão para dizer que devemos passar para 11 milhões. Até podemos ter menos população, desde que estejam assegurados os equilíbrios. O essencial é que a evolução seja controlada e possa fazer os ajustes com a economia e a segurança social. Mas o número mágico não existe.

Portugal tem na lei de estrangeiros um artigo que facilita as entradas de mão de obra qualificada e de investidores. No entanto, os estudos mostram que a maior parte da imigração que chega a Portugal tem baixas qualificações. Mesmo quando chegam com altas qualificações, o mercado português muitas vezes não está preparado para os acolher.

Conclusão

Como podemos constatar, Portugal é um País que carece, em diversos sentidos, de recursos humanos. Tendo em conta que perdemos mais recursos humanos do que aqueles que absorvemos, Portugal tem de criar políticas de captação e fixação dos mesmos, principalmente as gerações mais jovens, para assegurar o futuro do país.

Ao nível das questões legais, seria facilitador uma menor carga burocrática e financeira além de um mais próximo acompanhamento do processo, de forma a ir orientando o imigrante dos passos que deve dar para se integrar no nosso país. Não podemos continuar a ter um SEF que informa de formas diferentes cada um dos seus utentes, este deve dar uma informação clara e sem ambiguidades da situação em que estes mesmos se encontram. O imigrante não deve permanecer no limbo durante vários meses, enquanto o processo de pedido de residência sai e não sai, criando-se aí uma barreira de acesso ao mercado de trabalho, pois o imigrante permanece na mancha cinzenta, não estando legal nem ilegal.

Concluindo, só eliminando barreiras burocráticas, simplificando e acelerando estes processos poderemos aproveitar a oportunidade que a imigração nos dá. As novas tecnologias podem e devem ser um forte auxílio na agilização destes processos. Devemos assegurar a esses mesmos imigrantes igualdade de oportunidades para melhor se integrarem no nosso País e por consequência se fixarem cá, contribuindo para que Portugal se desenvolva e se desenvolvam eles também enquanto indivíduos. Esta deve ser uma luta da JSD nos próximos anos, lutar não só por condições para fixar os nossos jovens no nosso País, como por todos os jovens que venham para Portugal contribuir para que este se desenvolva. Para tal a JSD tem o dever de colocar a estrutura, o País e o Governo a refletir sobre esta temática, intervindo de forma a que ocorram ajustes nas políticas de migração. Portugal precisa de imigrantes e eles precisam e merecem que Portugal pense e lute por eles também.

JSD Concelhia de Braga

1º Subscritor: Ana Margarida Sarmento Manso da Silva Macieira – militante nº 215166